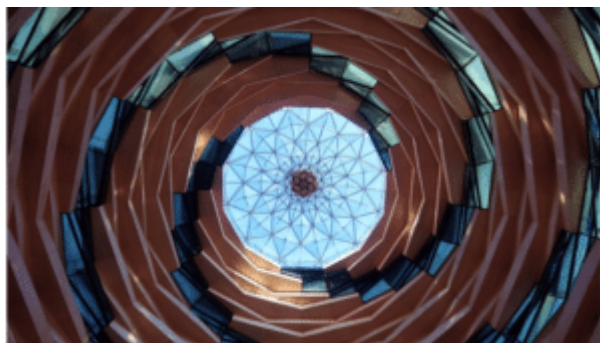


Transformar para redistribuir o amanhã



Por **MARCIO POCHMANN***

O capitalismo global e digital esvazia a soberania nacional, bloqueia o futuro como horizonte coletivo e exige uma transformação estrutural para redistribuir o tempo e os recursos

1.

Compreender o capitalismo contemporâneo exige o repensar da ideia de que ele se organiza exclusivamente a partir de Estados nacionais e de políticas internas. A economia atual opera por meio de cadeias globais de valor, plataformas digitais e finanças altamente móveis, capazes de atravessar fronteiras com rapidez e de reorganizar o poder econômico e informacional.

Sem reconhecer essa mudança estrutural, estratégias políticas, formas de regulação e projetos de justiça social tendem a mirar um alvo muito importante e comum no passado. Nessa defasagem, pode prevalecer a erosão lenta que enfraquece expectativas coletivas, compromete a credibilidade da promessa de progresso e do futuro como horizonte compartilhado.

O tempo social, então, parece não avançar nem se encerrar; em vez disso, arrasta-se. Não se trata de uma sequência de grandes rupturas claramente percebidas, como guerras e revoluções até agora, mas de um interregno prolongado no qual o capitalismo não consegue se renovar o suficiente para produzir um novo pacto social e tampouco colapsa com intensidade suficiente para abrir, por si, um horizonte alternativo.

O sistema sobrevive por remendos, adiamentos e políticas de exceção, com ajustes pontuais, reformas fragmentadas, programas emergenciais, renegociações recorrentes. O resultado é uma sensação estranha de estagnação histórica justamente quando a tecnologia acelera tudo, como se a passagem para a Era Digital não se traduzisse em emancipação coletiva, mas em um presente hiperconectado e, ao mesmo tempo, socialmente bloqueado.

No caso brasileiro, essa transição iniciada com a adoção do receituário neoliberal, em 1990, assume um traço particularmente duro. O Estado nacional tem perdido margem de atuação, passando a operar crescentemente subordinado a duas forças complementares.

De um lado, a financeirização ampliou o poder disciplinador das finanças sobre a política econômica orientada para a produção. Por meio da dinâmica da dívida, do custo do capital, de metas fiscais e da vigilância permanente de expectativas de mercado, o amanhã deixa de ser um horizonte de emancipação para se tornar um futuro comprometido por metas de curto prazo, parcelas a pagar e gestões das urgências permanentes.

De outro, a digitalização plataformizada desloca atividades econômicas e informacionais para infraestruturas privadas transnacionais, capazes de coordenar mercados, trabalho e consumo sob conectividade constante e gestão algorítmica de dados convertidos em mercadorias. Esse duplo movimento reconfigura a base da acumulação e enfraquece instrumentos

clássicos de política econômica.

2.

Diante da redução da capacidade do Estado de tributar rendas altas e grandes empresas, amplia a assimetria entre a escala global do poder econômico e a escala nacional das instituições democráticas, tornando-se, assim, mais difícil sustentar políticas orientadas à produção sustentável. Corporações transnacionais articulam cadeias globais de valor e plataformas digitais fortemente conectadas às finanças altamente móveis e a mecanismos de opacidade.

Da mesma forma, os paraísos fiscais e as estruturas societárias complexas permitem deslocar lucros e patrimônios para jurisdições permissivas, corroendo bases arrecadatórias e limitando a tributação progressiva. A consequência tem sido a combinação instável entre a maior exigência social por proteção e redistribuição e a menor capacidade estatal de financiar políticas universais e sustentadas, o que incentiva a gestão por remendos e acelera a percepção de um presente que se prolonga sem horizonte.

Em contraste, o modelo fordista-keynesiano que marcou o mundo após a Segunda Guerra Mundial baseava-se em uma articulação relativamente clara entre produção industrial em bases nacionais, regulação financeira com forte presença estatal e políticas públicas orientadas pela expansão do emprego e do bem-estar social. Era nesse contexto que o Estado atuava como organizador central da acumulação, mediando conflitos distributivos e produzindo estabilidade para o capitalismo em formação nas sociedades urbanas e industriais.

A partir da crise de rentabilidade dos anos 1970, porém, o capital passou a buscar novas estratégias a partir do deslocamento espacial, flexibilização produtiva e liberalização financeira. O receituário neoliberal aprofundou esse movimento ao promover a libertação progressiva do capital das amarras territoriais impostas pelos Estados nacionais, incentivando abertura financeira, desregulação e reconfiguração produtiva.

A produção foi fragmentada e distribuída internacionalmente por etapas, formando cadeias globais de valor nas quais poucos conglomerados concentram comando estratégico da tecnologia, propriedade intelectual, marca, logística, finanças ao passo que aos Estados restou a competição por investimentos acompanhados por incentivos, regimes especiais e, frequentemente, desregulados e sem compromissos com emprego decente e sustentação ambiental.

Assim, o centro dinâmico do capitalismo deixou de ser apenas a grande fábrica integrada territorialmente, passando a ser o conglomerado transnacional que controla pontos decisivos da cadeia e escolhe onde localizar cada etapa, ampliando a distância entre decisões econômicas e controles políticos.

Esse deslocamento se intensificou com a ascensão das plataformas digitais. Elas não são apenas empresas atuando em mercados já existentes, pois controlam infraestruturas essenciais de comunicação, comércio, publicidade, dados, reputação e, em muitos casos, pagamentos e logística. Diferentemente das corporações industriais clássicas, operam com menor materialidade territorial e maior poder de coordenação econômica e social.

Ao intermediar relações, impor padrões técnicos e definir regras privadas de acesso à visibilidade, à demanda e à monetização, as plataformas reorganizam setores inteiros e deslocam ainda mais o centro do poder para atores privados transnacionais. A separação entre o espaço econômico global e a regulação política nacional torna-se, então, mais profunda.

O capitalismo opera em escala planetária e em tempo real, enquanto as instituições democráticas permanecem majoritariamente nacionais e mais lentas, com jurisdição limitada e capacidade fiscal em erosão. Nesse ponto, a financeirização atua como traço decisivo, favorecendo a dominância de lógicas financeiras sobre a economia produtiva e sobre as decisões públicas.

Impõe, também, um regime de mobilidade extrema do capital e de reação instantânea, pressionando Estados a adotar políticas favoráveis aos interesses mercantis e reduzindo o espaço de planejamento de longo prazo. O Estado não desaparece, mas tende a deslocar sua função de planejamento soberano e promotor da produção e do bem-estar para garantidor da estabilidade do capital, administrando crises, preservando contratos e assegurando condições gerais de acumulação.

3.

A dissociação estrutural entre economia global e política nacional constitui um dos principais dilemas do tempo presente. O deslocamento do poder econômico para corporações, plataformas e finanças móveis impõe limites severos à democracia, à soberania e à redistribuição.

Ao mesmo tempo, os arranjos multilaterais forjados no pós-guerra do século passado perdem efetividade diante da competição regulatória, da opacidade fiscal internacional e do domínio privado de infraestruturas digitais. Essa condição repercute diretamente no modo como o futuro é vivido.

Diferentemente da modernidade clássica orientada por narrativas de progresso e ascensão social, o presente passa a ser experimentado como um tempo fechado, sem projeção emancipatória. Mesmo diante do fracasso evidente do sistema vigente em produzir bem-estar generalizado, a capacidade de imaginar alternativas com densidade institucional parece bloqueada.

Sem futuro, o tempo deixa de ser vetor de transformação e se torna repetição administrada do presente. A crise deixa de ser percebida como evento extraordinário que mobiliza, tornando-se desgaste contínuo. A violência sistêmica é internalizada como cansaço, ansiedade e esgotamento, não como conflito aberto. O resultado é profundamente despolitizante, com muita coisa piora sem que algo exploda de modo claro, pois à sociedade caberia se acostumar a administrar perdas.

Esse futuro não desaparece de uma vez, ele goteja. É parcelado, adiado e capturado por dívidas, metas, métricas e urgências permanentes. A lógica do endividamento transforma o futuro em obrigação, uma vez que o amanhã deixa de ser promessa e vira cobrança.

Assim se instala um regime temporal bloqueado, paradoxal, em que convivem aceleração tecnológica e um presente prolongado incapaz de se tornar passado, mas também desprovido de horizonte. Nessa condição, jovens podem estar altamente escolarizados, conectados e informados, porém sem estabilização material e simbólica, acumulando qualificações, dívidas e experiências sem conversão garantida em vida estável.

O risco do provisório permanente cresce e o colapso não se apresenta como ruptura, mas como esvaziamento gradual do capitalista lento, persistente e socialmente corrosivo. Por isso, transformar para redistribuir não é uma escolha retórica, mas uma exigência histórica.

Se o capitalismo contemporâneo se sustenta por remendos e adiamentos, a transformação não pode ser apenas moral nem apenas técnica. Precisa ser estrutural e institucional, capaz de recuperar capacidade pública de decisão, reconstruir instrumentos de regulação à altura de cadeias globais, finanças móveis e plataformas digitais, e reabrir um horizonte coletivo.

Redistribuir o futuro significa devolver a amplas majorias a possibilidade real de planejar a vida, projetar expectativas e participar do destino social, enfrentando simultaneamente a captura do excedente por finanças e plataformas, a erosão fiscal via opacidade global e a precarização do trabalho. Sem esse movimento, o interregno tende a se perpetuar num capitalismo que não se renova nem cai, mas que desgasta lentamente a sociedade e suspende o futuro como horizonte comum superior.

a terra é redonda

***Marcio Pochmann**, professor titular de economia na Unicamp, é o atual presidente do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Autor, entre outros livros, de *Novos horizontes do Brasil na quarta transformação estrutural* (Editora da Unicamp). [<https://amzn.to/46jSkOk>]

a terra é redonda
existe graças aos nossos leitores e apoiadores
Ajude-nos a manter esta ideia.

CLIQUE AQUI  **CONTRIBUA**

A Terra é Redonda